

Leonardo Nóbrega¹

O PASSADO EM DISPUTA: OS GUIAS POLITICAMENTE INCORRETOS E O REPERTÓRIO CULTURAL DAS DIREITAS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL

Os assassinos da memória escolheram bem seu objetivo: querem atingir uma comunidade nas mil fibras ainda dolorosas que a ligam a seu próprio passado.

Pierre Vidal-Naquet, *Os assassinos da memória*.

INTRODUÇÃO

No discurso de posse presidencial, logo após receber a faixa de Michel Temer, Jair Bolsonaro afirmou que o Brasil iniciava um processo de libertação “do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”. A associação entre crítica à esquerda, defesa de valores morais conservadores e liberalismo econômico tornou-se um marco retórico do novo governo e de seus apoiadores. Entre os elementos discursivos que acompanharam essa inflexão, destaca-se o apelo ao “politicamente incorreto”, termo mobilizado como forma de desqualificar adversários políticos e valorizar enunciados que rompem com normas associadas aos direitos humanos e à diversidade.

Essa retórica encontrou expressão em diferentes campos da vida social, inclusive na cultura impressa. Partindo deste contexto, o objetivo deste artigo é analisar como a coleção “Guias politicamente incorretos” da editora Leya atuou como vetor de circulação simbólica e discursiva, consolidando o “politicamente incorreto” como repertório cultural das direitas contemporâneas¹ no Brasil. A hipótese é que o “politicamente incorreto” opera como um repertório cultural e performativo destes grupos, funcionando como uma “caixa de ferramentas simbólica” (Alonso, 2002; Swidler, 1986) que orienta a

ação, organiza sentidos compartilhados e articula identidades coletivas. A análise é teoricamente orientada pelo enfoque no confronto político (McAdam et al., 2009) e pela compreensão da identidade coletiva como um sistema de ação construído a partir da interação e do compartilhamento de símbolos entre os atores (Domingues, 2004; Polletta, 1998; Somers, 1994).

Em termos metodológicos, o artigo adota uma análise que entende o discurso como prática política situada (Skinner, 2005) e mobiliza a noção de enquadramentos de Benford e Snow (2000), especialmente nos processos de diagnóstico, prognóstico e motivação. O *corpus* empírico é composto pelos nove volumes dos "Guias politicamente incorretos", publicados pela Leya Brasil entre 2009 e 2017, analisados tanto em seu conteúdo discursivo quanto em sua materialidade editorial.

Embora o crescimento desses grupos de direita tenha sido objeto de debate público e análises diversas, pouco se analisou sobre o papel de editoras e de coleções específicas, como os Guias. Boa parte das análises sobre as direitas contemporâneas – também chamadas de “novas direitas” – foca nas manifestações de rua (Alonso, 2023), nas dinâmicas de grupos políticos (Chaloub & Bom Jardim, 2016; Rocha, 2018; Teitelbaum, 2020), ou nas transformações estruturais do capitalismo (Brown, 2019), dentre outros, mas há lacunas no que se refere à dimensão simbólica e discursiva desse processo. Em particular, o mercado editorial – embora central na circulação dessas ideias – recebeu pouca atenção (Castro-Rea, 2019; Silva, 2018). Este artigo busca suprir essa lacuna ao examinar a atuação editorial da Leya e o papel dos "Guias politicamente incorretos" na consolidação de um léxico político associado às direitas contemporâneas no Brasil.

Nesse sentido, o “politicamente correto” pode ser compreendido menos como um conjunto fixo de normas e mais como uma categoria de uso estratégico nas disputas políticas contemporâneas. Mobilizado por diferentes atores, o termo condensa críticas a agendas associadas à esquerda, especialmente aquelas ligadas aos direitos humanos e à diversidade. Ao funcionar como um marcador de oposição, permite a articulação de posições diversas sob um repertório compartilhado de contestação, contribuindo para a produção de sentidos e para a delimitação de fronteiras entre grupos. É nesse terreno que se afirma o “politicamente incorreto”, não apenas como negação, mas como prática discursiva que mobiliza essa oposição para produzir pertencimento, legitimar enunciados e organizar formas de ação. Essa dimensão ajuda a explicar sua centralidade na formação das direitas contemporâneas no Brasil, como recurso na construção de identidades coletivas e na organização do conflito político.

Além de um subtópico metodológico, o artigo está organizado em mais três partes, que se aproximam dos processos de enquadramento descritos por Benford e Snow (2000). A primeira examina a inserção editorial dos "Guias politicamente incorretos" no mercado brasileiro, com atenção às estratégias

da Leya, identificando padrões diagnósticos presentes na inserção editorial da coleção e na crítica ao “politicamente correto”. A segunda analisa o politicamente incorreto como estilo discursivo e prática de desqualificação simbólica, construindo prognósticos oferecidos pelo estilo discursivo iconoclasta que orienta os livros. A terceira discute como esses livros operam na construção de uma identidade discursiva vinculada às direitas contemporâneas, articulando elementos como ressentimento, revisionismo e rejeição às normas igualitárias.

DA CIRCULAÇÃO AO DISCURSO: ESCOLHAS METODOLÓGICAS

O *corpus* empírico deste estudo é composto pelos nove volumes da coleção “Guias politicamente incorretos”, publicados pela editora Leya Brasil entre 2009 e 2017². A escolha por essa coleção se justifica por sua expressiva circulação pública. Embora este não seja um estudo baseado nos modos de leitura e instâncias públicas de interpretação e reprodução – algo a ser realizado em pesquisa posterior –, a presença constante de tais livros nas listas semanais de mais vendidos do portal PublishNews durante vários anos funciona como indicador do impacto da recepção destas obras. A análise considera tanto o conteúdo discursivo quanto a materialidade editorial, de modo a compreender como se configuraram como fenômeno cultural e político.

A abordagem metodológica não corresponde a uma análise do discurso em sentido estritamente linguístico, mas parte da concepção de discurso como prática política situada, próxima ao contextualismo linguístico de Quentin Skinner (2005). Assim, os enunciados são compreendidos como atos performativos inseridos em disputas históricas específicas.

Complementarmente, a análise dialoga com a literatura sobre enquadramentos em movimentos sociais (Benford & Snow, 2000), que enfatiza a construção de narrativas de diagnóstico, prognóstico e motivação capazes de engajar públicos. Nesse sentido, os “Guias politicamente incorretos” são examinados como instrumentos que diagnosticam inimigos (a esquerda, o “politicamente correto”), propõem alternativas revisionistas (humor iconoclasta, simplificação histórica) e mobilizam identidades coletivas de rebeldia contra normas igualitárias. Essa combinação metodológica permite compreender os livros não apenas como produtos editoriais de sucesso, mas como práticas discursivas que contribuíram para a formação de um léxico político central às direitas contemporâneas no Brasil.

A INSERÇÃO EDITORIAL DOS “GUIAS POLITICAMENTE INCORRETOS” NO BRASIL

A publicação do *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, em 2009, marcou um dos primeiros e mais importantes passos do grupo editorial português recém-instalado no país. A Leya Brasil era uma subsidiária do grupo

editorial Leya, sediado em Portugal e constituído em 2007 a partir da união de diversos selos editoriais adquiridos pelo empresário Miguel Pais do Amaral, dois deles localizados no continente africano, em Angola e Moçambique.

Miguel Pais do Amaral é um empresário português com atuação em diferentes setores – comunicação, finanças, recursos naturais – e foi sócio da Media Capital, conglomerado que reunia jornais, revistas e o canal TVI. A nova empreitada contou também com Isaías Gomes Teixeira, administrador-executivo da Leya e ex-diretor do jornal português *O Independente* (1986-1996), do qual Pais do Amaral foi sócio. O periódico, alinhado ao pensamento conservador e liberal, utilizava estratégias típicas de tabloides e recorreu ao “politicamente incorreto” como retórica para se inserir nos debates políticos³. A atuação posterior da Leya no Brasil, portanto, retoma essa experiência editorial e consolida o “politicamente incorreto” como marca discursiva e estratégia de mercado.

Líder em Portugal em segmentos como obras gerais e didáticas – com selos de prestígio como Caminho, Dom Quixote e Texto Editora –, a Leya projetou sua expansão para o maior mercado editorial em língua portuguesa. Após tentativas frustradas de adquirir editoras brasileiras, como a Nova Fronteira (Teixeira, 2009), optou pela criação de uma empresa local em 2009. Um ano antes, já havia instituído o Prêmio Leya de Romance, consolidando sua presença simbólica no espaço lusófono. A entrada no Brasil foi inicialmente discreta, mas rapidamente ganhou força sob a liderança de Pascal Soto, editor já consolidado no mercado brasileiro. Soto havia sido responsável por, dentre outros sucessos, o best-seller 1808 de Laurentino Gomes, livro que já indicava o interesse do grande público por narrativas históricas acessíveis, o que viria a ser o foco dos Guias publicados pela Leya no Brasil.

O formato havia sido testado com êxito nos Estados Unidos. *The Politically Incorrect Guide to American History*, lançado em 2004 pela Regnery Publishing – editora fundada em 1947 e que se autointitula como conservadora –, alcançou as listas de mais vendidos do New York Times e inaugurou uma série sobre o tema com mais de duas dezenas de títulos. Escrito por Tom Woods, historiador vinculado ao catolicismo tradicionalista e ao libertarianismo, o livro inaugural da coleção fazia do “politicamente incorreto” um enquadramento que legitimava humor iconoclasta e revisionismo histórico. No Brasil, a Leya traduziu essa fórmula para o contexto nacional, catalisando debates em torno do passado e convertendo o “politicamente incorreto” em recurso discursivo com grande reverberação social (Di Carlo & Kamradt, 2018).

O termo “politicamente correto” tem origem em debates dos anos 1970, sobretudo em universidades e movimentos sociais nos Estados Unidos, onde se consolidou como crítica a expressões linguísticas consideradas ofensivas a grupos minoritários. Desde então, tornou-se uma categoria em disputa, associada à vigilância sobre a linguagem e, em sentido pejorativo, à ideia de censura ideológica. No Brasil, um marco importante desse debate

foi a cartilha “Politicamente correto e direitos humanos”, publicada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos em 2004 (Queiroz, 2004). O documento listava expressões discriminatórias a serem evitadas e causou intensa controvérsia, principalmente entre grupos identificados com a direita. Esse episódio evidencia que, já antes do lançamento dos Guias, o “politicamente correto” havia se tornado alvo privilegiado de controvérsias públicas no Brasil.

Embora carregue todos estes eventos precedentes que ajudam a compor o contexto histórico mais geral, o sucesso do *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* deve ser situado como parte do clima político dos anos que antecederam sua publicação no Brasil. Desde o início do governo Lula, setores da direita já manifestavam insatisfação, o que se intensificou com as denúncias do “escândalo do Mensalão” (2005-2012). Mais do que um evento factual, o Mensalão, como ficou conhecido, configurou-se como escândalo político (Thompson, 2001) amplificado pela mídia e explorado como indício da corrupção estrutural dos governos petistas. Esse contexto alimentou um repertório discursivo antipetista que se encontrava disponível quando Narloch lançou seu livro em 2009. A retórica do “politicamente incorreto” articulava-se, assim, a uma demanda social já existente por narrativas de contestação ao governo e à esquerda política.

Como parte do universo cultural e intelectual em que foi gestado o politicamente incorreto no Brasil, é preciso destacar o papel de liderança intelectual exercido por Olavo de Carvalho. Olavo exerceu papel precursor como formulador de uma crítica sistemática ao “politicamente correto” e como referência simbólica para diversos grupos da “nova direita”. Como discuti em trabalho anterior sobre o papel da editora Record na difusão dessas ideias (Silva, 2018), o autor ajudou a consolidar a crítica cultural e moral que forneceu terreno fértil para a recepção dos Guias.

Nesse contexto, o lançamento do *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch (2009), alcançou sucesso imediato, permanecendo cerca de 150 semanas nas listas do PublishNews e ultrapassando, até 2019, a marca de um milhão de exemplares vendidos. Esse desempenho não apenas consolidou a Leya no cenário brasileiro, mas inaugurou uma série editorial que mobilizava o “politicamente incorreto” como categoria de disputa pública. Ao se apresentar como alternativa às “verdades oficiais” da historiografia, o livro oferecia um diagnóstico político-cultural: identificava a suposta hegemonia da esquerda e denunciava o “politicamente correto” como censura ideológica.

A coleção multiplicou-se rapidamente, acompanhada da projeção pública de Narloch. Jornalista nascido em Curitiba e radicado em São Paulo, atuante em revistas como *Superinteressante* e *Aventuras na História*, Narloch tornou-se colunista de veículos como *Folha de S.Paulo* e *Veja*, além de figurar em emissoras de televisão, plataformas digitais e eventos como o Fórum da Liberdade. A trajetória do autor ilustra a capilaridade que o “politicamente incorreto” alcançou como recurso retórico: de um livro *best-seller*, tornou-se

linguagem compartilhada em arenas jornalísticas, midiáticas e políticas. A adaptação televisiva dos Guias pelo History Channel reforça esse trânsito entre formatos e públicos.

A materialidade editorial dos Guias também reforçava sua identidade discursiva. Capas coloridas em mosaico com ícones nacionais, páginas intercaladas por ilustrações, notas marginais e quadros de curiosidade remetem à estética das revistas populares em que Narloch trabalhara. Essa diagramação híbrida, que mesclava informação e entretenimento, transformava os livros em objetos de consumo cultural capazes de performar o “politicamente incorreto” como estilo de comunicação: irreverente, provocativo e aparentemente antissistêmico.

Essa estratégia se insere em um mercado brasileiro já marcado pela valorização de produtos de divulgação histórica. Nos anos 2000, efemérides como os 500 anos da chegada dos portugueses estimularam publicações como a coleção “Brasil 500 Anos” da Abril e revistas como *Nossa História* e *História Viva*. Embora diferentes em estilo, todas buscavam aproximar a história do grande público por meio de narrativas episódicas e acessíveis (Perli, 2021). Os Guias, entretanto, inovaram ao mobilizar explicitamente o “politicamente incorreto” como marca retórica, vinculando o mercado editorial a disputas políticas em ascensão.

Do ponto de vista dos enquadramentos (Benford & Snow, 2000), a inserção editorial dos Guias cumpre uma função diagnóstica. Os livros identificam culpados – a historiografia acadêmica, a esquerda, o “politicamente correto” – e oferecem ao leitor a sensação de ruptura com uma narrativa dominante. O sucesso editorial da coleção não pode ser reduzido a números de vendas: trata-se da legitimação pública de um discurso que transformou a provocação em produto cultural de massa, consolidando o “politicamente incorreto” como linguagem política central na ascensão das direitas contemporâneas no Brasil.

O POLITICAMENTE INCORRETO COMO REPERTÓRIO CULTURAL

Nos últimos anos, o “politicamente incorreto” consolidou-se como marcador discursivo central no léxico das direitas contemporâneas. Mais do que uma simples negação do chamado “politicamente correto”, trata-se de uma prática discursiva que se estrutura em oposição a ele, mobilizando essa contraposição como forma de produzir sentido, delimitar fronteiras e articular posições diversas. Nesse registro, o “politicamente incorreto” não se reduz a conteúdos específicos, mas opera como um modo de enunciação que organiza a crítica às normas associadas à igualdade e aos direitos, convertendo a transgressão em recurso de identificação coletiva.

Nessa chave, o “politicamente incorreto” funciona como repertório cultural (Alonso, 2002; Swidler, 1986), isto é, um conjunto de símbolos, valores e

estratégias de linguagem que orientam ações coletivas, produzem sentidos compartilhados e viabilizam a conformação de identidades. Ele opera tanto no plano argumentativo – oferecendo chaves de interpretação para fatos sociais – quanto no plano performático, como estilo de enfrentamento retórico e de afirmação identitária. Ao se apresentar como uma “voz silenciada”, essa retórica cria uma comunidade moral imaginada (Alonso, 2019), unida pela percepção de que há um consenso progressista dominante a ser desafiado.

A coleção da Leya se insere nesse cenário como arena discursiva. Desde o livro inaugural, Narloch (2009: 25) apresenta seu objetivo de “jogar tomates na historiografia politicamente correta”, sustentando que apenas versões alinhadas a um consenso de esquerda teriam espaço na narrativa histórica nacional. A provocação iconoclasta é elevada à condição de retórica política: destruir supostos mitos históricos para afirmar a autenticidade de uma perspectiva marginalizada. Nesse sentido, os Guias não apenas diagnosticam inimigos, mas também oferecem prognósticos de ação cultural e política (Benford & Snow, 2000), baseados na irreverência e na recusa das normas igualitárias.

Segundo Narloch (2009: 23), “só se contam histórias que não ferem o politicamente correto”, sendo selecionados aspectos narrativos de forma a evitar “personagens proibidos, como o rei bom, o fraco opressor ou os povos que largaram a miséria por mérito próprio e hoje não se consideram vítimas”. Tratar-se-ia, portanto, de um esquema maniqueísta e politicamente orientado que, dessa forma, mereceria um contraponto.

Os exemplos abundam. No *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* (Narloch, 2009), indígenas são retratados como predadores do meio ambiente; Zumbi é acusado de ter escravos; e o samba, longe de ser símbolo popular negro, é exaltado em sua origem europeia. No mesmo livro, Machado de Assis é descrito como censor do Império, Jorge Amado como simpatizante do nazismo e Santos Dumont como farsante obcecado por fama. Esses casos, mais do que questionamentos pontuais, configuram uma estratégia retórica: atacar símbolos de consenso e enquadrá-los em chave polêmica, criando disputas interpretativas que funcionam como dinâmica de pertencimento para o público leitor.

O livro termina elegendo como alvo derradeiro os comunistas⁴. Dirige ataques a Luís Carlos Prestes, estabelece conjecturas de como seria o país se os comunistas tivessem tomado o poder, relativiza a violência da ditadura militar, comparando-a à violência da luta armada de oposição ao regime. Uma das frases que viria a tomar as ruas do Brasil no ciclo de protestos de 2015, “Nossa bandeira jamais será vermelha”, parece dialogar diretamente com a narrativa construída pelo autor alguns anos antes, sobretudo na frase que encerra o livro: “Viva o Brasil capitalista” (Narloch, 2009: 288).

A controvérsia, nesse processo, não é efeito colateral, mas estratégia. Como afirmou Pascal Soto, diretor editorial da Leya à época: “Comemorei algumas críticas negativas ao livro. A crítica excita a curiosidade do leitor, e

isso é muito bom” (Buarque, 2011). Mesmo com reações negativas de historiadores e intelectuais – que qualificaram a coleção como revisionismo ideológico (Napolitano, 2021; Venancio, 2021) ou mesmo como forma de negacionismo histórico (Barbosa, 2022; Ratton, 2022) – a circulação dos livros foi ampliada, sendo a controvérsia um elemento central de sua performatividade polêmica.

Os volumes subsequentes expandiram essa fórmula. No *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, o nazismo é descrito como o “politicamente correto da época” (Narloch, 2011: loc. 222). No *Guia politicamente incorreto da história da América Latina* (2011), coassinado por Duda Teixeira, a região – em consonância com os discursos de longa duração das direitas brasileiras contrárias a uma identidade regional (Chaloub, 2020) – é apresentada como um fardo a ser abandonado, com as “veias abertas” de Galeano convertidas em “feridas já curadas com a ajuda das grandes potências” (Narloch & Teixeira, 2011: 19). No *Guia politicamente incorreto da filosofia* (2012) e no *Guia politicamente incorreto do sexo* (2015), Luiz Felipe Pondé aproxima o politicamente correto do totalitarismo e direciona ataques a movimentos feministas e aos estudos de gênero, construindo aforismos que flertam com a misoginia e a apologia da violência.

Não se trata apenas de polêmica retórica. Ao atacar pautas ligadas a raça, gênero, sexualidade, escola pública e esquerda partidária, os Guias alinham-se a chaves discursivas que estavam se tornando centrais na política brasileira: o antipetismo, o conservadorismo moral e o liberalismo econômico (Messenberg, 2017). O humor iconoclasta do politicamente incorreto serve, assim, de ponte entre a denúncia da suposta hegemonia progressista e a convocação de uma comunidade política “autêntica” disposta a rejeitar normas igualitárias, amplamente manejado pelas direitas contemporâneas.

Esse entrelaçamento entre liberalismo econômico e conservadorismo moral tem sido observado por diferentes estudos que analisam a cosmovisão da nova direita brasileira. Chaloub & Bom Jardim (2016) identificam como intelectuais de referência articularam esses polos em discursos que combinavam defesa da economia de mercado e da moralidade tradicional. De forma semelhante, Nicolau Netto et al. (2019) ressaltam o papel central da família como eixo simbólico que conecta demandas liberais e conservadoras.

Esse estilo de provocação conecta-se ainda à lógica da *trollagem* – atitude irônica e ambígua, capaz de despertar reações intensas e conflitivas. Como observa Nunes (2022: 75), trata-se de introduzir ideias “polêmicas” no debate público de forma humorística ou distanciada, mantendo sempre a dúvida sobre o que é brincadeira e o que é “para valer”. Essa tática permite normalizar discursos radicais sob o manto do humor: se aceita, reforça-se a polêmica; se criticada, recua-se com a justificativa de que “era apenas uma piada”, deixando o ônus da acusação para a vítima, que pode ser interpretada como “mal-humorada”. Tal estratégia circula em múltiplos espaços – da

televisão, onde Bolsonaro ganhou visibilidade (Piaia & Nunes, 2022), à normalização de símbolos extremistas via bens de consumo (Miller-Idriss, 2017). Esta capilaridade corrobora o vínculo do repertório politicamente incorreto com os modos de agir das direitas na dinâmica política recente.

Os autores que compõem a coleção reforçam esse perfil. Jornalistas como Narloch, Duda Teixeira, Jones Rossi e Leonardo Mendes Júnior, escritores como Paulo Schmidt, filósofos como Pondé e figuras midiáticas como Lobão compartilham menos um capital acadêmico do que o estilo polemista (Fernandes & Vieira, 2019). Seu prestígio não decorre da autoridade intelectual, mas da capacidade de reverberar mensagens provocativas em múltiplos meios de comunicação. Ao performarem o “politicamente incorreto”, constroem um *ethos* de rebeldia contra as elites culturais e acadêmicas, reivindicando o papel de representantes de uma “multidão silenciada”. Possibilita-se, assim, o desenvolvimento de um “mercado de opinião política” (Vieira, 2025) no Brasil cujas forças internas e dinâmicas próprias vai se aproximando cada vez mais do espectro político das novas direitas.

Desse modo, os Guias operam como repertório cultural e como prognóstico político: desconstroem consensos históricos e sociais para propor um estilo discursivo alternativo, que combina irreverência, ressentimento e senso de autenticidade, vinculada à defesa de uma liberdade de expressão irrestrita, mesmo quando dissociada da validade acadêmica ou da consistência empírica das afirmações. Ao transformar a provocação em produto editorial de massa, eles criaram um léxico político que extrapolou o mercado de livros e contribuiu para a consolidação das direitas contemporâneas no espaço público brasileiro. Assim, os Guias não apenas desconstroem consensos históricos, mas também projetam um horizonte discursivo que legitima a polêmica como valor em si e a irreverência como prática política e cultural.

O PAPEL DOS "GUIAS POLITICAMENTE INCORRETOS" NA CONFORMAÇÃO DE UM LÉXICO POLÍTICO DAS DIREITAS CONTEMPORÂNEAS

Os "Guias politicamente incorretos", além de proporem releituras históricas provocativas, articulam uma narrativa que contribui para a construção de um “nós” político-cultural. Essa construção não se dá por meio de um programa ideológico coeso, mas por meio de estilos, afetos e linguagens compartilhadas. Ao reunir elementos dispersos sob a bandeira do “politicamente incorreto”, os livros da coleção funcionam como instrumentos de alinhamento simbólico entre setores diversos das direitas brasileiras.

Essa identidade discursiva se constitui menos por uma doutrina explícita do que por um repertório retórico comum: o ataque à esquerda, o revisionismo histórico, o deboche como forma de crítica e a recusa de consensos igualitários. Trata-se de uma forma de reconhecimento mútuo entre leitores, autores e grupos políticos, mediado por símbolos e afetos que

ajudam a demarcar fronteiras: quem está dentro e quem está fora. Os Guias funcionam, assim, como plataformas simbólicas que favorecem a produção de vínculos e a sensação de pertencimento a uma comunidade moral imaginada – ainda que heterogênea.

Entre os elementos centrais dessa identidade discursiva está a ideia de que certos setores sociais teriam sido sistematicamente silenciados por um consenso progressista, associado sobretudo às políticas dos governos do PT e a discursos de defesa dos direitos humanos e da diversidade. Essa percepção é sintetizada de forma exemplar no discurso de posse de Jair Bolsonaro: “As eleições deram voz a quem não era ouvido”. Nessa chave interpretativa, em que o politicamente incorreto funciona como repertório cultural das direitas contemporâneas, os Guias cumprem também uma função motivacional (Benford & Snow, 2000): transformam a sensação de silenciamento em chamado à ação, convocando leitores a se engajarem em uma luta cultural contra as esquerdas e o “politicamente correto”.

Esse apelo pode ser interpretado à luz do conceito de populismo reacionário (Lynch & Cassimiro, 2022), entendido como a mobilização de afetos de ressentimento e indignação moral em oposição às elites políticas e culturais. Ao reivindicar autenticidade contra um suposto consenso progressista, o “politicamente incorreto” performa uma rebeldia que se apresenta como retorno ao senso comum, em contraste com a racionalidade tecnocrática atribuída às elites.

A configuração argumentativa de uma força política silenciada tem papel central na estruturação narrativa que dá sentido coletivo ao grupo. Essa narrativa opera de modo ambíguo o suficiente para permitir a adesão de diferentes segmentos: defensores da ditadura militar, críticos dos direitos humanos, liberais, conservadores ou reacionários encontram nela um ponto de convergência. Mais do que a consistência factual dos argumentos, importa a criação de vínculos identitários. Como observa Polletta (1998), a ambiguidade narrativa é capaz de engajar ativistas justamente por deixar em aberto a relação entre “verdade” e pertencimento coletivo. Não é por acaso que Narloch tenha declarado, já em seu livro inaugural, que o seu objetivo era “levantar polêmicas” (Narloch, 2009), sem compromisso com rigor historiográfico.

Nesse sentido, os “Guias politicamente incorretos” podem ser lidos como parte de um processo mais amplo de formação de contrapúblicos conservadores, tal como analisado por Rocha (2018) em sua genealogia das novas direitas. Esses espaços de contestação simbólica operam não apenas na crítica ao consenso progressista, mas também na produção de performances discursivas que reforçam identidades políticas em oposição ao mainstream cultural.

Esses elementos encontram-se articulados nos “Guias politicamente incorretos”, fazendo de seus autores e editores atores políticos centrais. A conformação de uma comunidade moral bolsonarista (Alonso, 2019) – baseada em um nacionalismo moralista, antielitista e crítico dos direitos humanos

– passa pela construção de uma narrativa que possibilita identificação coletiva. Essa narrativa, ainda que marcada por ambiguidades, uniu diferentes grupos sob símbolos comuns, produzindo uma comunidade de pertencimento. O politicamente incorreto serviu, nesse sentido, como instrumento fundamental diante do repertório cultural disponível: os movimentos iniciais de crítica ao petismo ganharam consistência à medida que essa linguagem se disseminou e se tornou bandeira de mobilização. Se no diagnóstico e prognóstico os Guias já haviam consolidado sua eficácia retórica, é no registro motivacional que eles se tornam parte constitutiva do léxico político das direitas contemporâneas. Ao consolidarem o politicamente incorreto como recurso identitário, transformaram a polêmica em gramática simbólica de mobilização central para a atuação das direitas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os confrontos políticos que se intensificaram no Brasil desde meados dos anos 2000 serviram de cenário para a emergência de novas identidades coletivas, forjadas no embate com governos identificados à esquerda e com agências vinculadas aos direitos humanos e às minorias sociais. Nesse processo, o politicamente incorreto tornou-se uma bandeira mobilizadora, articulando afetos, estilos e estratégias de ação em um repertório compartilhado pelas direitas contemporâneas.

Grande parte das análises sobre a ascensão recente desses grupos privilegia protestos de rua, redes sociais digitais ou dinâmicas organizacionais. Este artigo buscou contribuir para o debate sobre a emergência de novos grupos de direita na política nacional ao examinar a coleção de "Guias politicamente incorretos" da editora Leya (2009-2017), tratando-a como vetor de circulação simbólica e discursiva. Mais do que simples *best-sellers* editoriais, os livros funcionaram como arenas discursivas que consolidaram três dimensões fundamentais de enquadramento político dos debates públicos contemporâneos: o diagnóstico de um inimigo comum, o prognóstico de alternativas pretensamente antissistema e o apelo motivacional à ação coletiva.

Embora parcial, posto que focado na formatação editorial dos Guias, este recorte permitiu observar como a linguagem do politicamente incorreto se estabeleceu como vocabulário de largo alcance, presente não apenas nos livros, mas em múltiplas arenas de disputa pública. Investigações futuras poderão ampliar esse escopo, explorando a recepção e os possíveis enquadramentos de leitura e circulação desse repertório por outros meios, como as redes sociais digitais, a televisão e o cinema, bem como as formas de interação com grupos opositores associados ao "politicamente correto".

A análise mostrou que tal gramática discursiva atua combinando humor, irreverência e ressentimento, desqualificando adversários e reforçando

identidades coletivas. Sua força não reside apenas nos conteúdos que apresenta, mas na capacidade de transformar a provocação em método, o revisionismo em identidade e a desinibição discursiva em recurso de mobilização política. Compreender esse processo é fundamental para interpretar tanto a consolidação das direitas contemporâneas quanto seus impactos sobre a democracia brasileira.

NOTAS

- 1 Embora a literatura utilize amplamente a noção de “nova direita” (Cepêda, 2018; Chaloub & Bom Jardim, 2015; Rocha, 2018; Silva, 2018), este artigo adota a expressão “direitas contemporâneas” para enfatizar a pluralidade e a heterogeneidade desse campo político.
- 2 A coleção analisada inclui os seguintes títulos publicados pela editora Leya Brasil:
Guia politicamente incorreto da história do Brasil (2009), de Leandro Narloch;
Guia politicamente incorreto da América Latina (2011), de Duda Teixeira e Leandro Narloch;
Guia politicamente incorreto da filosofia (2012), de Luiz Felipe Pondé;
Guia politicamente incorreto da história do mundo (2013), de Leandro Narloch;
Guia politicamente incorreto do futebol (2014), de Jones Rossi e Leonardo Mendes Junior;
Guia politicamente incorreto da economia brasileira (2015), de Leandro Narloch;
Guia politicamente incorreto do sexo (2015), de Luiz Felipe Pondé;
Guia politicamente incorreto dos presidentes da República (2016), de Paulo Schmidt;
Guia politicamente incorreto dos anos 80 pelo rock (2017), de Lobão.
- 3 A expressão “politicamente incorreto” é utilizada em entrevista realizada em 2015 em decorrência do lançamento do livro *O independente: a máquina de triturar políticos*, escrito pelos jornalistas Filipe Santos Costa e Liliana Valente (*A Máquina...*, 2015).
- 4 Na segunda edição do livro, de 2019, há a inserção de um novo capítulo, intitulado “Império”. Trata-se de uma exaltação de aspectos do período imperial, com foco sobretudo na figura de Pedro II.

REFERÊNCIAS

A máquina de triturar políticos. (2015, 5 de novembro). TSF. Disponível em: <https://www.tsf.pt/politica/artigo/a-maquina-de-triturar-politicos/4870632>. Acesso em: 21 maio 2026.

Alonso, Angela. (2002). *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Alonso, Angela. (2019). A comunidade moral bolsonarista. In: Abranches, Sérgio et al. (orgs.). *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 149-159.

Alonso, Angela. (2023). *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

Barbosa, Cibele. (2022). Revisionismos e crimes contra a história. In: Szwako, José & Ratton, José Luiz (orgs.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe.

Benford, Robert D. & Snow, David A. (2000). Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, 26, p. 611-639.

Brown, Wendy. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Politeia.

Buarque, D. (2011, 23 de janeiro). Como publicar o primeiro livro. *O Globo*.

Castro-Rea, Julián. (2019). Escrever com a direita: os best sellers da direita em espanhol e sua promoção em redes transnacionais. In: Bohoslavsky, Ernesto et al. (orgs.). *Pensar as direitas na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG.

Cepêda, Vera Alves. (2018). A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 23/2, p. 40.

Chaloub, Jorge. (2020). A América Latina como “outro” no discurso da direita brasileira. *Agenda Política*, 8/1, p. 157-201.

Chaloub, Jorge & Bom Jardim, Fernando Perlatto. (2016). Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*, 72, p. 25-41.

Di Carlo, Josnei & Kamradt, João. (2018). Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura*, 13/2, p. 1-16.

Domingues, José Maurício. (2004). *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: UFMG.

Fernandes, Dmitri Cerboncini & Vieira, Allana Meirelles. (2019). A direita mora do mesmo lado da cidade. *Novos Estudos CEBRAP*, 38/1.

Lobão. (2017). *Guia politicamente incorreto dos anos 80 pelo rock*. São Paulo: Leya.

- Lynch, Chrystian & Cassimiro, Paulo Henrique. (2022). *O populismo reacionário: a ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Contracorrente.
- McAdam, Doug et al. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, 76, p. 11-48.
- Messenberg, Débora. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, 32/3, p. 621-647.
- Miller-Idriss, Cynthia. (2017). *The extreme gone mainstream: commercialization and far right youth culture in Germany*. Princeton: Princeton University Press.
- Napolitano, Marcos. (2021). Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: Pinsky, Jaime & Pinsky, Carla Bassanezi (orgs.). *Novos combates pela história*. São Paulo: Contexto.
- Narloch, Leandro. (2009). *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya.
- Narloch, Leandro. (2011). *Guia politicamente incorreto da história do mundo*. São Paulo: Leya.
- Narloch, Leandro. (2015). *Guia politicamente incorreto da economia brasileira*. São Paulo: Leya.
- Narloch, Leandro & Teixeira, Duda. (2011). *Guia politicamente incorreto da história da América Latina*. São Paulo: Leya.
- Nicolau Netto, Michel et al. (2019). *O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família* [Apresentação de trabalho]. 43º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, Brasil.
- Nunes, Rodrigo. (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu.
- Perli, Fernando. (2021). Projetos editoriais e mediações do passado: a experiência brasileira em uma cartografia de revistas de divulgação histórica. *Estudos Ibero-Americanos*, 47/2, e39017. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.2.39017>
- Piaia, Victor & Nunes, Raul. (2022). Bolsonaro, entretenimento e política: uma discussão sobre normalização e projeção em programas de TV. *Revista Compólitica*, 12/2, p. 87-112.
- Polletta, Francesca. (1998). "It was like a fever...": narrative and identity in social protest. *Social Problems*, 45(2), p. 137-159. <https://doi.org/10.2307/3097241>
- Pondé, Luiz Felipe. (2012). *Guia politicamente incorreto da filosofia*. São Paulo: Leya.

Pondé, Luiz Felipe. (2015). *Guia politicamente incorreto do sexo*. São Paulo: Leya.

Queiroz, Antônio Carlos. (2004). *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Ratton, José Luiz. (2022). Negacionismo. In: Szwako, José & Ratton, José Luiz. *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe.

Rocha, Camila. (2018). “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Schmidt, Paulo. (2016). *Guia politicamente incorreto dos presidentes da República*. São Paulo: Leya.

Silva, Leonardo Nóbrega da. (2018). O mercado editorial e a nova direita. *Teoria e Cultura*, 13/2, p. 1-15.

Skinner, Quentin. (2005). *Visões da política: Vol. 1: Sobre os métodos históricos*. Algés: Difel.

Somers, Margaret R. (1994). The narrative constitution of identity: a relational and network approach. *Theory and Society*, 23/5, p. 605-649. <https://doi.org/10.1007/BF00992905>

Swidler, Ann. (1986). Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, 51, p. 273.

Teitelbaum, Benjamin R. (2020). *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Unicamp.

Teixeira, Jerônimo. (2009, 9 de setembro). Potente, mas em marcha lenta. *Veja*.

Thompson, John B. (2001). *El escándalo político: poder y visibilidad en la era de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós.

Venancio, Renato. (2021). *O incorreto no Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. Amazon Kindle. <https://www.amazon.com.br/Incorreto-Guia-Politicamente-Hist%C3%B3ria-Brasil-ebook/dp/B093Z2QB6H>

Vieira, Allana Meirelles. (2025). *Mercado de opinião política: embates simbólicos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edusp.

O PASSADO EM DISPUTA: OS GUIAS POLITICAMENTE INCORRETOS E O REPERTÓRIO CULTURAL DAS DIREITAS CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL

Palavras-chave:

Politicamente incorreto;
Direitas contemporâneas no Brasil;
Repertório cultural;
Mercado editorial;
Identidade coletiva.

Resumo

Este artigo analisa a coleção "Guias politicamente incorretos", publicada pela editora Leya entre 2009 e 2017, como vetor de circulação de ideias e valores das direitas contemporâneas no Brasil. A hipótese central é que o "politicamente incorreto" funciona como repertório cultural e performativo, articulando identidades coletivas e estratégias de ação política. O corpus empírico compreende os nove volumes da coleção, examinados por meio de análise discursiva e da materialidade das obras, com base nas teorias do confronto político. Argumenta-se que, ao combinar humor iconoclasta, revisionismo histórico e ataque ao "politicamente correto", esses livros contribuíram para consolidar um léxico político das direitas brasileiras. O estudo evidencia o papel do mercado editorial como arena de disputa simbólica em processos de conflito cultural e político, suprimindo uma lacuna nos estudos sobre as direitas contemporâneas que privilegiam protestos de rua ou a atuação em redes sociais digitais.

THE PAST IN DISPUTE: THE POLITICALLY INCORRECT GUIDES AND THE CULTURAL REPERTOIRE OF THE CONTEMPORARY RIGHT IN BRAZIL

Keywords:

Politically incorrect;
Brazilian contemporary right-wing;
Cultural repertoire;
Publishing market;
Collective identity.

Abstract

This article examines the Politically Incorrect Guides collection, published by Leya between 2009 and 2017, as a vehicle for circulating ideas and values of contemporary right-wing movements in Brazil. The central hypothesis is that "political incorrectness" operates as a cultural and performative repertoire that articulates collective identities and political strategies. The empirical corpus comprises the nine volumes of the collection, analyzed through discursive content and editorial materiality, drawing on theories of political conflict. The article argues that, by combining iconoclastic humor, historical revisionism, and attacks on "political correctness," these books contributed to consolidating a political lexicon of the Brazilian right. The study highlights the publishing market as an arena of symbolic dispute within broader processes of cultural and political conflict, addressing a gap in research that has prioritized street protests or digital networks.

Leonardo Nóbrega é Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), tem pós-doutorado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Seus trabalhos investigam as relações entre cultura, política e circulação de ideias no Brasil. É autor, entre outros trabalhos, de “A tradução de livros de ciências sociais no Brasil: uma análise das publicações da Zahar Editores (1957–1984)”, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (2021).

Fonte de financiamento: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Contribuição dos Autores: Não se aplica

Aprovação do Comitê de Ética: Não se aplica

Disponibilidade de Dados: Não se aplica

Agradecimentos: Este artigo é resultado de uma pesquisa de pós-doutorado realizada no International Postdoctoral Program do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (IPP-CEBRAP). Registro meu agradecimento institucional ao programa, em nome de suas coordenadoras, Maria Hermínia Tavares e Vera Schattan Coelho. Sou especialmente grato a Angela Alonso pela supervisão atenciosa e aos colegas do grupo de pesquisa Mobilizações Sociais (CNPq/USP) pela interlocução ao longo da pesquisa. Versões anteriores deste texto se beneficiaram dos comentários de José Szwako e Ezequiel Saferstein, bem como das leituras dos pareceristas anônimos de *Sociologia & Antropologia*, a quem também agradeço.

Editor responsável: Andre Bittencourt (UFRJ, Brasil).

Recebido em 08/09/2025 | Revisado em 04/03/2026

| Aprovado em 06/05/2026